



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

ESTATÍSTICAS NO FEMININO:

SER MULHER EM PORTUGAL

2001- 2011





ESTATÍSTICAS NO FEMININO:

**SER
MULHER**
EM PORTUGAL

2001- 2011

Por ocasião do Dia Internacional da Mulher - 8 de Março

Estatísticas no Feminino: Ser Mulher em Portugal, 2001-2011*

Editor

Instituto Nacional de Estatística, IP
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa, Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Diretivo
Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão
Instituto Nacional de Estatística, IP

ISBN 978-989-25-0190-1
Depósito Legal 341677/12

www.ine.pt



808 201 808

© INE, I.P., Lisboa - Portugal, 2012

* Conforme destaque do INE publicado no dia 7 de Março de 2012



s mulheres são mais e têm maior longevidade. Casam e são mães (de menos filhos) cada vez mais tarde. Continuam a ser elas a assegurar a maioria das licenças de acompanhamento parental. O risco de pobreza é superior para elas, bem como a taxa de privação material. As mulheres presas são cada vez menos e as mulheres vítimas (de crimes contra as pessoas) são cada vez mais. As doenças do aparelho circulatório são a sua principal causa de morte. Estão em maioria no ensino secundário e superior. Têm vindo a aderir às novas tecnologias. Integram o mercado de trabalho, mas têm taxas de desemprego mais elevadas. Continuam a ser as principais agentes na prestação de cuidados.

A demografia no feminino

As mulheres são a maioria da população residente, vivem mais tempo, casam e têm (menos) filhos cada vez mais tarde. Numa década, o número de mulheres em idades mais jovens diminuiu, e aumentou o número de mulheres que vivem sós. Estes são os principais factos do retrato demográfico feminino nos últimos dez anos.

População

População feminina ligeiramente superior à masculina e com maior longevidade

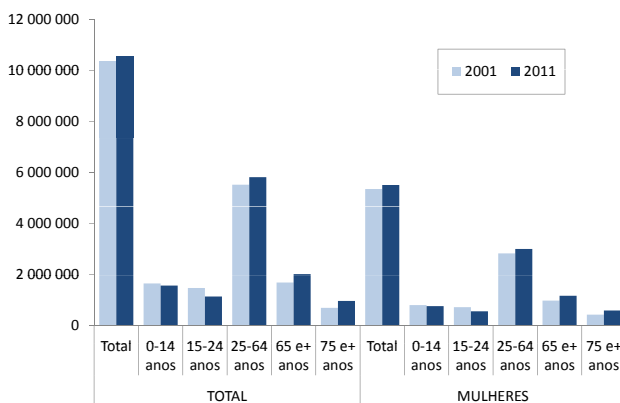
As mulheres constituem 52,2% da população residente, ou seja, são cerca de 5,5 milhões, de acordo com os dados dos Censos 2011, tendo aumentado 2,9%, na última década.

A relação de feminilidade passou de 107,1 para 109,2 mulheres por cada 100 homens, no mesmo período.

Verificou-se uma diminuição do número de mulheres nos grupos etários mais jovens: -5,0% no grupo etário dos menores de 15 anos, e -22,4% no grupo etário dos 15 aos 24 anos.

Nos restantes grupos etários ocorreu um aumento do número de mulheres, de 6,1% com idades dos 25 aos 64 anos, e de 19,1% com 65 e mais anos. Especificamente no grupo etário dos 75 e mais anos, o aumento foi de 37,6%.

População residente em Portugal (n°), por sexo e grupo etário 2001-2011



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 2001 e 2011

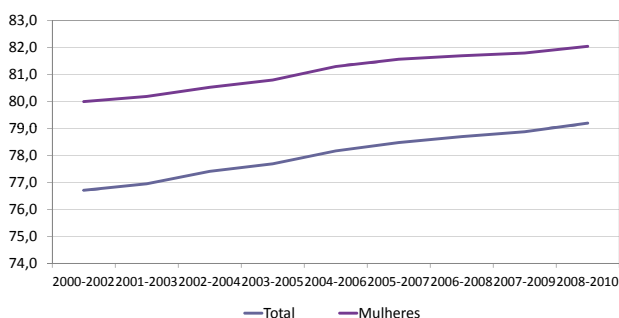
A maior proporção de população feminina encontra-se nas idades ativas dos 25 aos 64 anos, que representavam 55% do total da população feminina, em 2011.

O índice de envelhecimento foi mais acentuado nas mulheres, tendo passado de 121,8 para 152,7 mulheres idosas, por cada 100 jovens, entre 2001 e 2011.

A esperança média de vida das mulheres, superior à média da população, tem vindo a aumentar sistematicamente ao longo da última década.

As mulheres podiam esperar viver, em média, 82 anos, em 2008-2010, o que significa um aumento de 2 anos face à sua esperança média de vida em 2000-2002.

Esperança média de vida à nascença (em anos), 2000-2010



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2000 a 2010.

Mulheres casam e são mães cada vez mais tarde e têm menos filhos

A idade média das mulheres ao primeiro casamento era de 29,2 anos em 2010, o que representa um aumento de 3,5 anos face a 2000.

Por outro lado, a idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho era de 28,9 anos em 2010, traduzindo um adiamento da maternidade de 2,4 anos face a 2000.

A idade média ao nascimento de um filho situava-se nos 30,6 anos, em 2010.

Assim, as mulheres não só são mães mais cada vez mais tarde, como têm cada vez um menor número de filhos: em 2010, cada mulher teve, em média 1,4 crianças; em 2000, essa média era de 1,6 crianças.

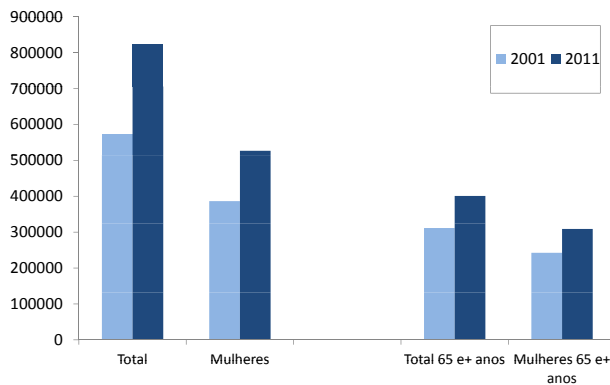
O adiamento do casamento e da maternidade, bem como a redução do número de filhos por mulher, refletem, entre outros fatores as alterações que se têm produzido ao longo da última década, no que diz respeito ao nível de escolaridade, à inserção profissional, e à consolidação de novos paradigmas de conjugalidade e parentalidade.

Mais mulheres do que homens vivem sós, sobretudo entre a população mais idosa

O número de mulheres que vivem sós, independentemente da idade, cresceu 26,6% na década de 2001-2011, de acordo com os dados dos Censos.

As mulheres representam 63,8% da população que vive só, proporção que sobe para 77,1% na faixa etária dos 65 e mais anos.

População que vive só, por sexo e grupo etário (N'), 2001-2011



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 2001 e 2011



As condições de vida das mulheres

O retrato das mulheres ao nível da saúde materna revela que o número de partos tem vindo a diminuir e a idade das parturientes a aumentar. As mulheres vão mais a consultas de ginecologia-obstetrícia e de saúde materna nos centros de saúde.

Numa década, o número de mulheres vítimas de crimes registados contra as pessoas aumentou e o número de reclusas diminuiu.

São essencialmente as mulheres quem assegura as licenças de acompanhamento parental.

Na última década assistiu-se a um aumento de beneficiárias de prestações de desemprego. As mulheres, sobretudo as mais velhas, estão mais expostas ao risco de pobreza.



Saúde materna

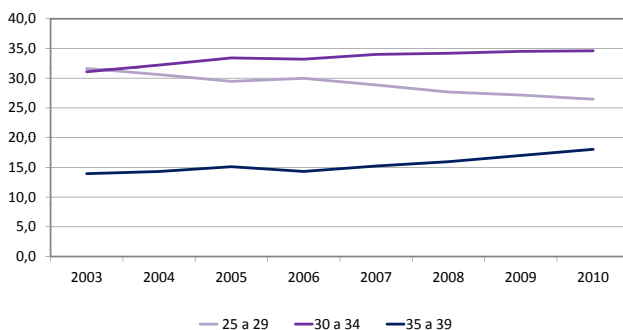
Partos com tendência a diminuir e idades das parturientes a subir

O número anual de partos decresceu ao longo da primeira década do séc. XXI, tendo passado de 111 616 em 2003 para 100 280 partos em 2010.

Neste mesmo período, a estrutura etária das parturientes alterou-se, perdendo importância relativa o grupo etário dos 25 aos 29 anos, e ganhando peso o grupo dos 30 aos 34 anos. De facto, enquanto em 2003 a proporção de parturientes dos grupos etários 25-29 anos e 30-34 anos tinha peso idêntico (cerca de 30%), em 2010 o peso do primeiro daqueles grupos etários desceu para 26,5% e o do segundo subiu para 34,6%.

Adicionalmente, a proporção de parturientes, com idades entre 35 e 39 anos, passou de 13,9% do total em 2003, para 18,0% em 2010.

Evolução da distribuição das parturientes por grupos etários (%), 2003-2010



Cresce o número de interrupções voluntárias de gravidez, legalmente efetuadas

O número de interrupções voluntárias de gravidez legalmente efetuadas nos hospitais cresceu entre 2002 e 2009, registando-se contudo, em 2010, um decréscimo de 3,7% relativamente ao ano anterior.

A introdução da Lei 16/2007 de 17 de Abril provocou um aumento significativo no número de interrupções voluntárias de gravidez registadas. Assim, o número destes registos passou de 4 325 em 2007, para 17 277 em 2010.

Aumento no número de consultas de saúde materna e de ginecologia-obstetrícia

Entre 2002 e 2010, nos centros de saúde, as consultas de ginecologia-obstetrícia cresceram ligeiramente (2,0%) e as de saúde materna significativamente (24,0%).

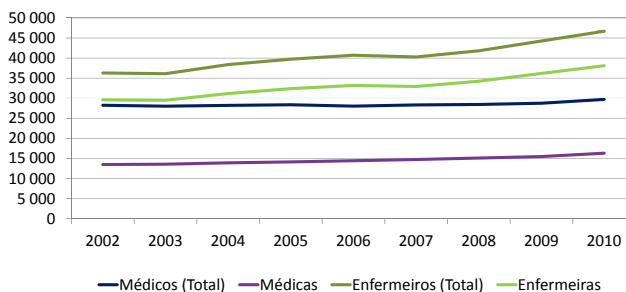
Número de médicas ao serviço ultrapassa o número de médicos

No período de 2002-2010, o número de médicas e enfermeiras ao serviço nos centros de saúde e hospitais aumentou cerca de 21% e 29%, respetivamente.

Desde 2006 que o número de médicas ao serviço nos hospitais e centros de saúde (14 444) passou a ser superior ao de médicos (13 592), tendo vindo a consolidar-se essa tendência nos últimos anos.

As enfermeiras ao serviço nos hospitais e centros de saúde representaram, anualmente, cerca de 82% do total de pessoal de enfermagem, no período 2002-2010.

Médicos e enfermeiros (n.º), 2002-2010



Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde 2002 a 2010

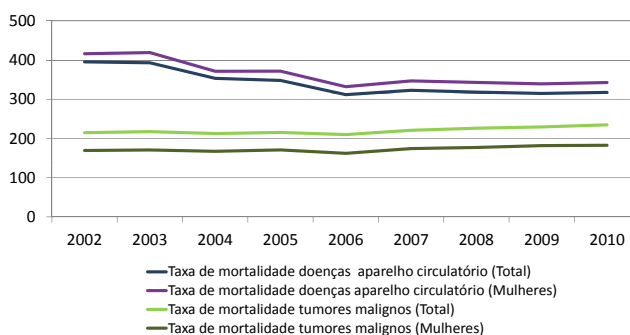
Mortalidade feminina

As doenças do aparelho circulatório são a principal causa de morte das mulheres

As doenças do aparelho circulatório são a principal causa de morte em Portugal, sendo as taxas de mortalidade superiores nas mulheres. Ao longo da última década, a tendência foi de decréscimo na mortalidade por este tipo de doenças tendo, em 2010, a taxa de mortalidade sido de 342,7 óbitos, por cada cem mil mulheres.

Os tumores constituem a segunda causa de morte, apresentando, ao longo dos anos, uma tendência de crescimento e afetando menos as mulheres; a taxa de mortalidade foi de 182,6 por cada cem mil mulheres, em 2010.

Taxas de mortalidade das duas principais causas de morte, por 100 000 habitantes, 2002-2010



Fonte: INE, Óbitos por causa de morte 2002 a 2010

Em 2010, morreram 30 mulheres por cancro da mama, em cada 100 mil

A taxa de mortalidade feminina por cancro da mama apresenta uma tendência de crescimento, tendo passado de 26,6 óbitos em 2006, para 30,3 em 2010, por cada cem mil mulheres. O mesmo aconteceu para as taxas de mortalidade por tumores do colo do útero, para as quais se verificaram aumentos entre 2006 e 2009 (de 3,4 para 4,9 por cada cem mil mulheres). Contudo, em 2010, essa taxa baixou para 4,2.

Relação de feminilidade cresce entre os óbitos por causas de morte externas

No período 2002 a 2010, verificou-se que se aproximou a proporção de óbitos por causas de morte externas (causas não naturais, ou seja, causas não relacionadas com doenças) entre homens e mulheres. Em 2002, esta relação era de 35,9, tendo passado para 48,6 em 2010.

Número de anos potenciais de vida perdidos por doenças do aparelho circulatório reduziu-se para cerca de metade

Em 2010, as mulheres perderam, na sua totalidade, 12 653 anos potenciais de vida por morrerem precocemente (antes dos 70 anos) de doenças do aparelho circulatório. Este valor representa uma significativa melhoria face ao registado em 2002, ano em que as mulheres perderam 23 127 anos potenciais de vida pela mesma razão.

Os tumores malignos provocaram, em 2010, a perda de 45 251 anos potenciais de vida nas mulheres, face a 49 182 anos em 2002, representando um progresso de menor dimensão (-8%) relativamente às doenças do aparelho circulatório.

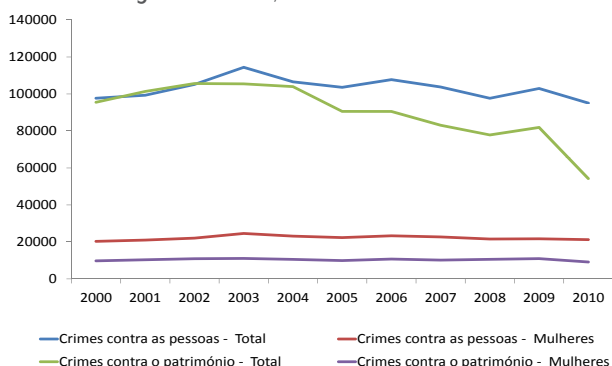
Crime e violência

Número de mulheres vítimas de crimes contra as pessoas aumentou na última década

O retrato feminino face ao crime e à violência, na última década, é sobretudo marcado pelo aumento da proporção de mulheres enquanto lesadas/ofendidas no crime registado contra as pessoas, e pela sua diminuição enquanto reclusas.

Por outro lado, as mulheres são identificadas como «agentes/suspeitas» sobretudo em crimes contra as pessoas e contra o património, seguindo o padrão observado para a população total. As mulheres representavam cerca de um quinto (22,3%) do total de «agentes/suspeitos» em crimes contra as pessoas, valor que se tem mantido relativamente estável no período de 2000-2010. A proporção de mulheres referenciadas como «agentes/suspeitos» em crimes contra o património era de 16,9%, no total de agentes/suspeitos deste tipo de crime, em 2010, o que representa um aumento de 6.7 p.p. no período considerado.

Agentes/suspeitos identificados em crimes registados (Nº), por sexo e categoria de crime, 2000-2010

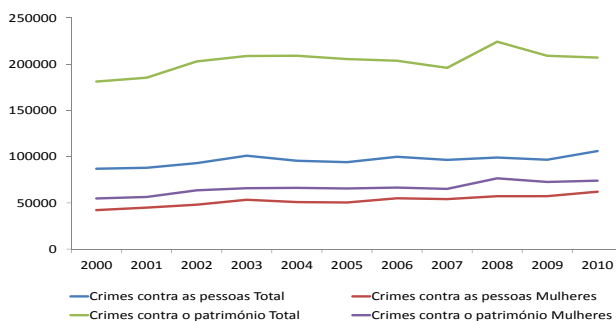


Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça

As mulheres constituíam mais de metade (58,6%) dos «lesados/ofendidos» em crimes contra as pessoas, registados no ano de 2010, seguindo a tendência de crescimento verificada desde 2000 (em que representavam 48,6%).

Observa-se, igualmente, uma tendência de crescimento na proporção de mulheres no total de «lesados/ofendidos» em crimes contra o património, mas a um menor ritmo: em 2010, correspondiam a 35,7% dos lesados, face a 30,2% em 2000.

Lesados/ofendidos em crimes registados (Nº),
por sexo e categoria de crime, 2000-2010



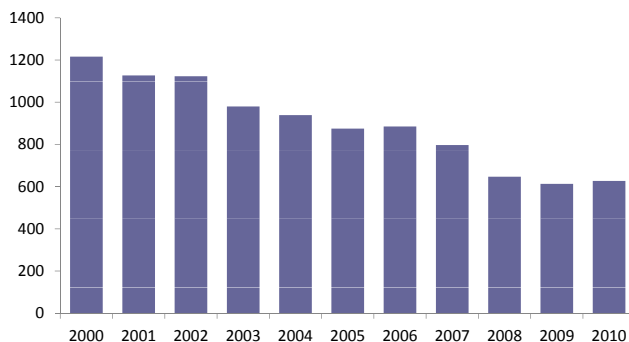
Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça

O número de reclusas diminuiu para metade entre 2000 e 2010

Entre 2000 e 2010, observou-se uma redução de 48,4% no número de mulheres reclusas, superior à registada para o total dos reclusos em igual período (10,6%).

Assim, as mulheres representavam 9,4% da população reclusa em 2000, valor que passou para 5,4%, em 2010.

Reclusas existentes em 31 de Dezembro (N.º) nos estabelecimentos prisionais
comuns e militares, 2000-2010



Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça

As menores do sexo feminino representavam 10,2% do total de menores internados em centros educativos, em 2010; essa percentagem era de 7,1%, em 2006.

Esta evolução reflete uma tendência inversa à observada para o número total de menores internados naquele tipo de instituições, que diminuiu no período em análise.

Proteção Social

As mulheres asseguram a maior parte das licenças de acompanhamento parental

O acompanhamento parental, quer nos primeiros meses de vida das crianças, quer em situações de adoção e assistência, é ainda maioritariamente assegurado pelas mulheres. Os dados administrativos dos últimos anos permitem constatar que as mulheres são quem mais recorre a licenças de parentalidade, adoção, assistência a menores e a filhos com deficiência ou doença crónica.

Após a entrada em vigor do novo regime de proteção social na parentalidade (maio de 2009¹), verifica-se que em 2010 as mulheres representavam 57,7% dos beneficiários de licença parental inicial² e 82,6% dos beneficiários de licença parental alargada³, o que traduz uma crescente participação paterna.

As mulheres asseguram maioritariamente as faltas para assistência a filhos, representando 91,3% dos beneficiários deste instrumento, em 2010.

De realçar ainda que são gozadas exclusivamente por mulheres as faltas para assistência a neto, em alternativa aos pais, atribuídas no caso de nascimentos em que a mãe tem menos de 16 anos e vive ainda no agregado familiar paterno, ou no caso de incapacidade ou doença crónica do neto.

1 O Decreto-Lei n.º 91/2009 de 9 de Abril, determinou o novo subsídio parental a vigorar a partir de Maio de 2009 e abrangente ao subsídio parental inicial (mãe e pai) e ao subsídio social parental inicial (mãe e pai). Por conseguinte, durante o ano de 2009 coexistiram os subsídios de maternidade, paternidade e licença parental e o novo subsídio parental.

2 Licença parental concedida à mãe e ao pai trabalhadores para se ausentarem ao trabalho por um período até 120 ou 150 dias consecutivos, consoante a opção dos progenitores, e cujo gozo pode ser partilhado após o parto. Aos períodos indicados são acrescidos 30 dias consecutivos nas situações de partilha da licença, no caso de cada um dos progenitores gozar, em exclusivo, um período de 30 dias consecutivos, ou dois períodos de 15 dias consecutivos, após o período de gozo de licença parental inicial exclusiva da mãe. No caso de nascimentos múltiplos, aos períodos previstos acrescem 30 dias por cada gémeo além do primeiro.

3 Licença que confere o direito à mãe ou ao pai trabalhadores, ou a ambos alternadamente, a ausentarem-se do trabalho para assistência a filho integrado no agregado familiar por um período até três meses, desde que gozado imediatamente após o período de concessão da licença parental inicial ou licença parental alargada do outro progenitor.

Prestações de desemprego e de rendimento social de inserção: mulheres beneficiárias em proporção praticamente idêntica à dos homens

O número de mulheres beneficiárias de prestações de desemprego⁴ aumentou 57,9%, entre 2000 e 2010, face a um aumento total de 77,0%.

A repartição por sexo do número de beneficiários de prestações de desemprego e de rendimento social de inserção revela uma situação praticamente igualitária entre mulheres e homens.

As mulheres representavam 51,2% dos beneficiários de prestações de desemprego e 52,6% do total de beneficiários do rendimento social de inserção, em 2010.

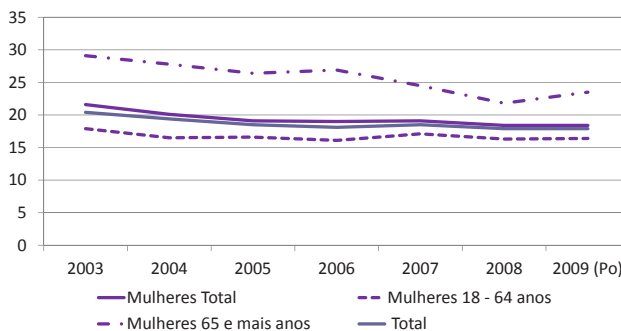
O valor médio do subsídio de prestações de desemprego auferido pelas mulheres foi inferior à média no período em análise, reflexo da desigualdade salarial entre sexos, verificada em Portugal.

Pobreza e Privação Material

Risco de pobreza superior para as mulheres, sobretudo para as mulheres idosas

Para as mulheres, a taxa de risco de pobreza⁵ após transferências sociais foi de 18,4% em 2009, traduzindo uma diminuição de 3,2 p.p. face a 2003, acompanhando a tendência de redução da taxa de risco de pobreza para o total da população (este indicador mede a proporção de habitantes com rendimentos anuais por adulto equivalente inferiores a 5207 euros, em 2009, aproximadamente 434 euros por mês).

Taxa de risco de pobreza após transferências sociais (%), por sexo e grupo etário, 2003-2009



Fonte: INE, EU-SILC – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

4 As prestações de desemprego incluem o subsídio de desemprego, o subsídio social de desemprego inicial, o subsídio social de desemprego subsequente e o prolongamento do subsídio social de desemprego.

5 A taxa de risco de pobreza corresponde à proporção da população residente cujo rendimento monetário disponível por adulto equivalente é inferior ao limiar de pobreza. O limiar de pobreza, ou linha de pobreza relativa, corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes em cada ano.

A taxa de risco de pobreza é mais elevada nas mulheres com 65 e mais anos: em 2009, o risco de pobreza das mulheres idosas foi de 23,5%, face a 16,4% das mulheres entre 18 e 64 anos, e a 17,9% do total da população.

Intensidade da pobreza superior nas mulheres até aos 64 anos face às mulheres mais idosas

Em 2009, a taxa de intensidade da pobreza⁶ para as mulheres foi de 22,6%, inferior ao registado para o total da população.

Este valor representa uma redução de 2,7 p.p. face ao valor registado em 2003, traduzindo um desagravamento da insuficiência de rendimentos das mulheres em risco de pobreza.

A taxa de intensidade da pobreza é superior nas mulheres entre os 18 e os 64 anos, face às mulheres idosas, à semelhança do que acontece para o total da população: em 2009 a taxa de intensidade da pobreza para as mulheres dos 18 aos 64 anos foi de 25,7%, o que compara com 17,3% das mulheres com mais de 65 anos.

Verifica-se uma redução da intensidade da pobreza em 2009, face a 2003, para as mulheres e para o total da população, independentemente do grupo etário.

Taxa de intensidade da pobreza (%), segundo o sexo e o grupo etário, 2003-2009

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	24,7	26,0	23,5	24,3	23,2	23,6	22,7
18 - 64 anos	27,1	27,8	24,6	27,0	23,6	25,9	25,7
65 + anos	17,6	17,4	17,4	18,7	17,7	15,5	15,9
Mulheres	25,4	26,3	23,9	24,2	23,6	23,0	22,6
18 - 64 anos	27,1	27,8	25,1	27,3	24,4	25,3	25,7
65 + anos	19,5	17,9	19,5	21,6	17,9	16,0	17,3

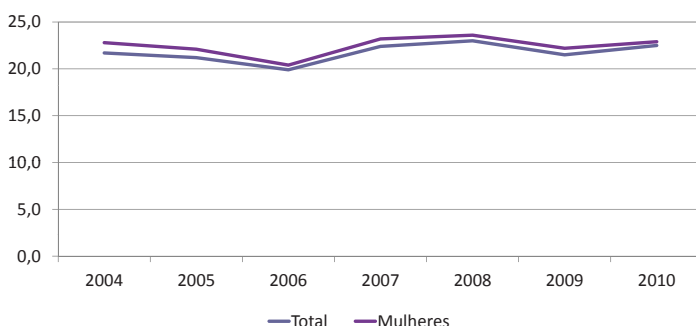
Fonte: INE, EU-SILC – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

⁶ A taxa de intensidade da pobreza corresponde ao quociente entre a diferença do limiar de pobreza e o rendimento mediano dos indivíduos em risco de pobreza relativamente ao limiar de pobreza, em percentagem. O aumento da taxa de intensidade da pobreza reflete um agravamento da falta de recursos dos indivíduos com rendimento inferior ao limiar de pobreza. Ao contrário, a redução da taxa de intensidade da pobreza permite concluir que é menos gravosa a insuficiência de rendimento dos indivíduos em risco de pobreza.

Privação material mais elevada nas mulheres

A taxa de privação material para a população feminina foi de 22,2%, em 2010, representando uma diminuição de 0,7 p.p. face ao ano anterior, e de 0,2 p.p. face ao valor registado em 2004. A taxa de privação material da população feminina é sempre superior à da população total no período de 2004 a 2010 (este indicador baseia-se num conjunto de 9 itens representativos das necessidades económicas e de bens duráveis das famílias, considerando-se em privação material todos os indivíduos em que não existe acesso a pelo menos 3 desses itens⁷).

Taxa de privação material (%), 2004-2010, Portugal



Fonte: INE, EU-SILC – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

⁷ Os itens são: a) capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) capacidade para pagar sem atraso as prestações de crédito e as despesas correntes da residência principal e outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; f) disponibilidade de máquina de lavar roupa; g) disponibilidade de televisão a cores; h) disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel; i) disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto).



As mulheres e o potencial humano

Existem mais mulheres com nível de escolaridade superior (duplicou o número de doutoradas) e secundário, e menos mulheres jovens em situação de abandono precoce de educação e formação.

As mulheres acompanharam a evolução positiva observada no país ao nível da investigação e desenvolvimento, assim como na utilização de tecnologias de informação e comunicação.

As mulheres apresentam taxas de atividade e de emprego mais baixas, e de desemprego mais elevada. Porém, mais de um quinto das mulheres empregadas exercia funções de dirigentes e de carácter intelectual e científico.

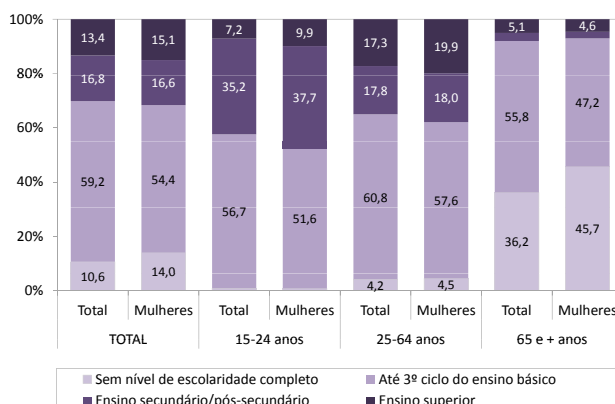


Educação

Mais mulheres sem escolaridade mas também mais mulheres com ensino superior

O perfil educativo feminino em Portugal, em termos de escolaridade completa – e por comparação com a população total – caracteriza-se por alguma polarização: por um lado, existe uma proporção mais elevada de mulheres sem qualquer nível de escolaridade completo; por outro, as mulheres destacam-se, positivamente, em termos de nível de escolaridade superior.

Nível de escolaridade da população com 15 e mais anos (%) por sexo e grupo etário, 2011



Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

A proporção de mulheres com 15 e mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo era de 14,0% em 2011, valor para o qual contribuem sobretudo as mulheres com 65 e mais anos. Este valor é superior ao verificado para a população total (10,6%).

As mulheres apresentavam ainda uma proporção inferior à observada para a população total no que respeita à escolaridade completa até ao 3º ciclo do ensino básico – 54,4% para 59,2% na população total – particularmente evidente no grupo de mulheres com idade mais avançada (65 e mais anos).

Já a proporção de mulheres com ensino superior completo (15,1%), excede em 1,7 p.p. o valor observado na população total (13,4%), verificando-se que aproximadamente um quinto das mulheres do grupo etário 25-64 anos (19,9%), em idade ativa, tinha escolaridade completa ao nível do ensino superior.

Mulheres com menor taxa de abandono precoce de educação e formação

As mulheres apresentavam uma taxa de abandono precoce de educação e formação⁸ abaixo da observada para a população total em 2011. Aproximadamente 18 em cada 100 jovens mulheres (18,1%), com idade entre 18 e 24 anos, com nível de escolaridade completo até ao 3º ciclo do ensino básico, não recebeu qualquer tipo de educação (formal ou não formal) no ano de 2011, o que compara com 23,2% registado na população total do mesmo grupo etário.

Escolaridade de nível secundário mais elevada nas mulheres

O desempenho feminino no que respeita à taxa de escolaridade da população jovem é superior ao verificado para o total da população.

A proporção de mulheres do grupo etário 20-24 anos com o nível de ensino secundário – considerado o nível mínimo requerido para uma participação ativa numa sociedade baseada no conhecimento – era de 71,0%. Este valor compara com 64,4% verificado no total da população de igual âmbito etário.

Somente as mulheres com mais de 65 anos apresentam resultados educativos, neste nível de ensino, inferiores aos registados para a população total.

Taxa de escolaridade do nível de ensino secundário (%) por sexo e grupo etário, 2011

	%			
	Total	20-24	25-64	65 e + anos
TOTAL	30,9	64,4	35,0	8,0
Mulheres	32,2	71,0	38,0	7,1

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

8 Indicador anteriormente designado por abandono escolar precoce, e que corresponde à proporção da população com idade entre os 18 e os 64 anos, com um nível de escolaridade completo no máximo até ao terceiro ciclo do ensino básico e que no momento da inquirição não se encontrava em qualquer processo de educação ou formação.

Mulheres em maioria nos ensinos secundário e superior

No ano letivo 2009/2010, por cada 100 alunos matriculados, 51,3 eram mulheres.

Entre os anos letivos 2000/2001 e 2009/2010, a proporção de alunas matriculadas no ensino secundário foi sempre maioritária.

A presença feminina no ensino superior é também preponderante, quer ao nível dos alunos inscritos, quer ao nível de diplomados, ainda que seja evidente uma tendência decrescente ao longo da década em análise.

A relação de feminilidade era de 57,0 para os inscritos e de 67,1 para os diplomados, no ano letivo 2000/2001, tendo passado para 53,3 e 60,1, respetivamente, em 2009/2010.

É de salientar que a relação de feminilidade nos diplomados é sempre superior à verificada nos alunos matriculados.

Relação de feminilidade (N.º) no ensino secundário e superior, ano letivo 2000/2001 e 2009/2010

Ano	Ensino secundário	Ensino superior	
	Inscritos	Inscritos	Diplomados
2000/2001	52,9	57,0	67,1
2001/2002	52,7	57,0	67,2
2002/2003	53,2	56,6	67,2
2003/2004	52,6	56,1	65,9
2004/2005	52,6	55,7	65,2
2005/2006	53,1	55,2	65,4
2006/2007	52,6	54,0	61,4
2007/2008	52,7	53,5	59,6
2008/2009	52,0	53,4	59,3
2009/2010	51,3	53,3	60,1

Fonte: Ministério da Educação e Ciência

As mulheres privilegiam as áreas das ciências sociais, comércio e direito, saúde e proteção social e educação

As áreas de estudo preferenciais das mulheres ao nível de diplomados no ensino superior são as ciências sociais, comércio e direito (30,5%) e a saúde e proteção social (27,1%), à semelhança do observado para o total de diplomados, no ano letivo 2009/2010.

Engenharia, indústrias transformadoras e construção, a par da educação, constituem as áreas de estudo em que se observam maiores diferenças entre as mulheres e o total de diplomados.

Na área das engenharias a proporção de mulheres diplomadas é de 5,1%, para 11,8% no total de diplomados, enquanto que na área da educação essa relação se inverte, sendo de, respetivamente, 12,2% para 8,7%.

Diplomados no ensino superior por sexo e área de estudo (%), 2009-2010



Fonte: Ministério da Educação e Ciência

Número de mulheres doutoradas mais do que duplicou

O número de doutoramentos realizados pelas mulheres mais do que duplicou no período 2001 a 2009, registando um acréscimo de 100,5%, face ao acréscimo de 72,8% observado no total de doutoramentos.

Em 2009, registaram-se 1 569 doutoramentos realizados ou reconhecidos em Portugal, dos quais mais de metade (810) protagonizados por mulheres. A representação feminina no conjunto dos doutoramentos realizados vem aumentando desde 2001; nesse ano representavam 44,5% do número total de doutoramentos, passando para 51,6% em 2009.

Doutoramentos realizados ou reconhecidos em Portugal (N.º) em estabelecimentos do ensino superior universitário por sexo, 2001-2009

Ano	Total	Mulheres
2001	908	404
2002	985	455
2003	1028	473
2004	1085	502
2005	1198	585
2006	1304	678
2007	1476	708
2008	1520	773
2009	1569	810

Fonte: Ministério da Educação e Ciência

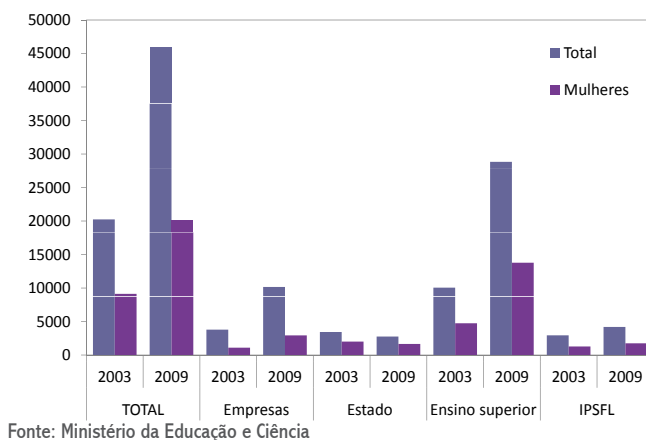
Investigação e Desenvolvimento (I&D)

Mulheres acompanham evolução positiva na I&D em Portugal

O número total de investigadores mais do que duplicou entre 2003 e 2009, registando um acréscimo de 126,8% neste período. Este aumento foi acompanhado de muito perto pelas mulheres investigadoras, que no período registaram um acréscimo de 120,3%.

Em 2009 havia mais de 20 mil investigadoras em Portugal, representando 43,8% do total de investigadores no país, proporção próxima, ainda que ligeiramente inferior, da verificada em 2003 (45,1%).

Investigadores equivalente a tempo integral (ETI – N°), por sexo e sector de execução, 2003-2009



Não se observam diferenças consideráveis entre as mulheres e o total de investigadores, na evolução por sectores de execução.

Verificou-se um acréscimo no número de investigadoras no Ensino Superior (190,4%) e nas Empresas (166,2%) e um decréscimo no setor Estado (17,6%).

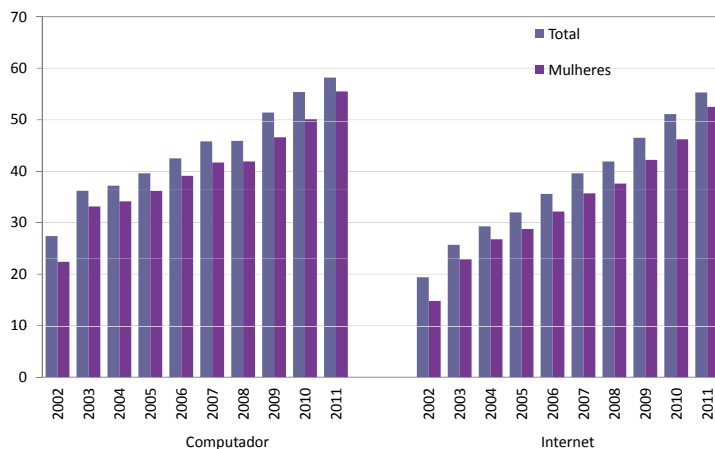
Tecnologias da Informação e da comunicação (TIC)

Mais de metade das mulheres em Portugal utiliza computador e Internet

A proporção de mulheres com idade entre 16 e 74 anos que, em 2011, utilizou computador e Internet, foi de 55,5% e de 52,5%, respetivamente.

A população feminina acompanhou a tendência crescente de uso de TIC, observada nos últimos dez anos; registou acréscimos significativos na utilização de computador (33,1 p.p.) e de Internet (37,7 p.p.), superiores aos observados para o conjunto da população (30,8 p.p. e 35,9 p.p. respetivamente).

População dos 16 aos 74 anos (%) segundo a utilização de computador e de Internet



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias
 Universo: Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos, residentes em território nacional.

Diversificação nos objetivos de utilização de Internet

As mulheres, à semelhança da população total, diversificaram os objetivos de utilização de internet, no período 2003 a 2011.

Enviar ou receber emails ou *pesquisar informação sobre produtos ou serviços* foram as finalidades mais comuns na utilização desta tecnologia, quer para as mulheres, quer para o conjunto da população. Entretanto, existem outras finalidades que, paulatinamente, têm vindo a ganhar expressão.

Assim, e no que se refere à população feminina, observou-se que:

- 43,2% utilizaram a internet para *ouvir rádio e ver televisão* em 2011, face a 17,4% em 2003;
- 36,1% fizeram uso daquela tecnologia para *realizar serviços bancários através de internet banking* (o que compara com 19,6%, em 2003);
- 33,0% usaram a internet para *preencher e enviar online impressos ou formulários oficiais de organismos ou serviços públicos*.

População dos 16 aos 74 anos segundo os objetivos de utilização da Internet (em %), 2003 -2011

	2003		2005		2007		2009		2011	
	Mulheres	Total	Mulheres	Total	Mulheres	Total	Mulheres	Total	Mulheres	Total
Enviar ou receber e-mails	76,4	77,5	80,1	80,5	83,9	83,5	85,7	85,6	x	x
Pesquisar informação sobre produtos ou serviços	80,8	81,9	77,6	80,8	81,4	82,6	86,1	86,8	70,7	75,1
Ler ou fazer download de jornais ou revistas online	42,4	49,4	45,6	51,3	33,1	38,2	53,0	59,5	51,5	58,1
Ouvir rádio ou ver televisão	17,4	23,0	24,5	28,1	31,9	36,2	39,6	41,7	43,2	48,1
Realizar serviços bancários através de Internet banking	19,6	23,7	20,9	26,2	24,1	29,4	32,3	36,6	36,1	40,4
Preencher e enviar online impressos ou formulários oficiais de organismos ou serviços públicos	20,2	20,4	25,9	28,0	29,0	33,0	32,9	35,2	33,0	36,5

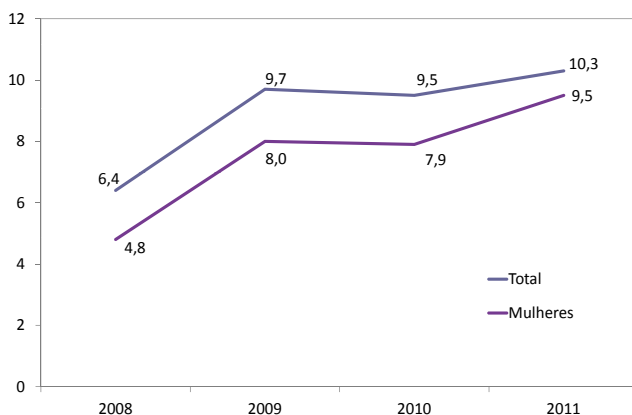
Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, 2003 - 2011

Universo: Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos, residentes em território nacional que utilizaram Internet nos três primeiros meses do ano.

Siglas e sinais convencionais: x: Dado não disponível

As mulheres têm também um comportamento muito similar ao observado na população total em matéria de compras através da Internet: 9,5% das mulheres realizaram comércio eletrónico em 2011, o que compara com 10,3% para a população total.

Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram comércio eletrónico para fins privados nos primeiros 3 meses do ano (%) por Sexo, 2008-2011



Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, 2003 - 2011

Universo: Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos, residentes em território nacional que utilizaram Internet nos três primeiros meses do ano.

Mercado de trabalho

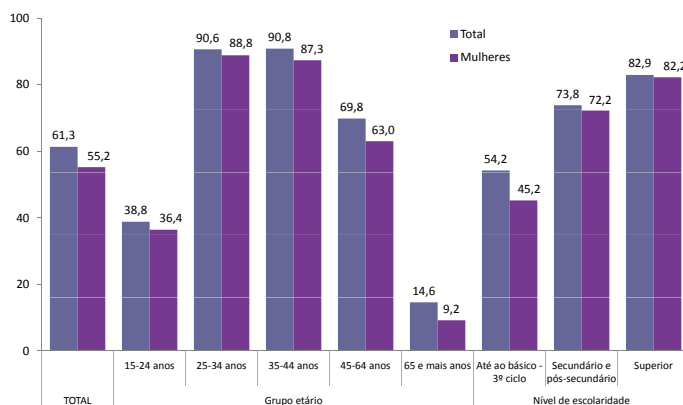
As mulheres com escolaridade superior são as que têm mais elevada participação no mercado de trabalho

A taxa de atividade das mulheres (15 e mais anos) foi de 55,2%, em 2011, valor inferior em 6,1 p.p. ao observado para a população total (61,3%). Esta diferença aumenta com a idade, e é particularmente notória nos escalões etários mais elevados: 6,8 p.p. no escalão etário dos 45-64 anos e de 5,4 p.p. no escalão dos 65 e mais anos.

A taxa de atividade das mulheres com escolaridade superior aproxima-se do dobro da taxa de atividade das que possuem um nível de escolaridade até ao 3º ciclo do ensino básico.

Por outro lado, as diferenças entre as taxas de atividade feminina e total atenuam-se a partir da escolaridade de nível secundário.

Taxa de atividade (%) por sexo, grupo etário e nível de escolaridade completo, 2011



Fonte: INE, Estatísticas do Emprego

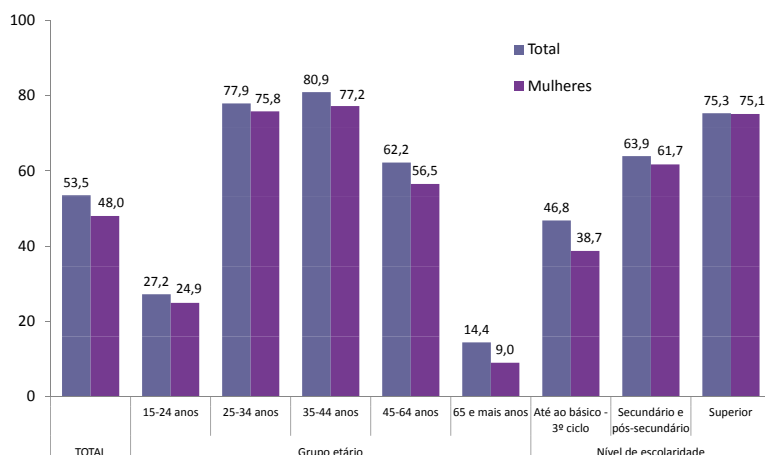
A taxa de emprego das mulheres foi de 48,0%, em 2011, valor inferior ao da população total (53,5%).

À semelhança do observado para a taxa de atividade, também em relação à taxa de emprego das mulheres se verificam clivagens etárias e de escolaridade.

As diferenças entre a taxa de emprego feminina e total aumentam com a idade: passam de -2,3 p.p. no grupo etário dos 15 aos 24 anos, para -5,7 p.p. no grupo dos 45-64 anos e para -5,4 p.p. no grupo dos 65 e mais anos.

Em contrapartida, as diferenças entre a taxa de emprego feminina e total atenuam-se com o aumento do nível de escolaridade, passando de -8,1 p.p. na escolaridade até ao 3º ciclo do ensino básico, para -0,2 p.p. no nível de escolaridade superior.

Taxa de emprego (%) por sexo, grupo etário e nível de escolaridade completo, 2011



Fonte: INE, Estatísticas do Emprego

As mulheres empregadas eram aproximadamente 2,3 milhões em 2011; a maioria trabalhava por conta de outrem (83,0%), e destas, 89,1% trabalhavam a tempo completo.

Ainda em 2011, era de 103,3 mil o número de mulheres que se encontravam em situação de subemprego visível, ou seja, trabalhavam involuntariamente abaixo da duração normal de trabalho, representando 59,5% do total de pessoas nessa situação.

Mais de um quinto das mulheres empregadas em funções dirigentes e de carácter intelectual e científico

Mais de um quinto das mulheres (21,8%) exercia uma profissão ao nível dos “Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos” e dos “Especialistas das atividades intelectuais e científicas”, proporção superior à verificada na população empregada total (20,4%).

Na estrutura profissional das mulheres, destaca-se ainda o exercício de profissões como “Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores” (21,9%) e “Trabalhadores não qualificados” (18,4%).

População empregada (%) por profissão principal (CPP-10), 2011

Profissão (CPP-10)	Total	Mulheres
1: Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	6,2	4,3
2: Especialistas das atividades intelectuais e científicas	14,2	17,5
3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	8,8	7,5
4: Pessoal administrativo	8,3	11,5
5: Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	16,2	21,9
6: Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	9,6	8,1
7: Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	15,9	5,4
8: Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	8,4	5,2
9: Trabalhadores não qualificados	11,7	18,4
0: Forças Armadas	0,7	§

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego

(§) valor com erro de amostragem associado superior a 20%, pelo que não pode ser divulgado.

Desemprego feminino com elevada incidência nas mulheres mais jovens

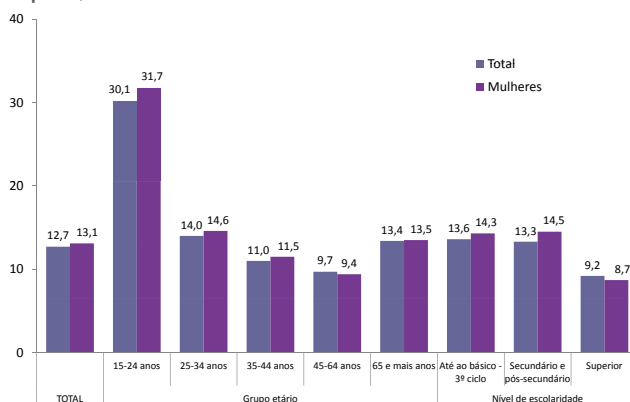
A taxa de desemprego feminino foi de 13,1% em 2011, o que compara com 12,7% para a população total.

O retrato feminino do desemprego, que não difere muito do observado para a população total, revela que este fenómeno afeta principalmente as mulheres mais jovens, do grupo etário 15-24 anos (31,7%), diminuindo a taxa de desemprego à medida que aumenta a idade das mulheres, apresentando o valor mais baixo no grupo etário dos 45 aos 64 anos (9,4%).

Não se observam diferenças assinaláveis na taxa de desemprego das mulheres que possuem até ao 3º ciclo do ensino básico e das que possuem ensino secundário ou pós-secundário.

Porém, as mulheres com nível de ensino superior apresentam uma taxa de desemprego mais baixa (8,7%), inferior à registada para a população total com igual nível de ensino (9,2%).

Taxa de desemprego (%) por sexo, grupo etário e nível de escolaridade completo, 2011



Fonte: INE, Estatísticas do Emprego

Maioria da população desempregada feminina em situação de desemprego de longa duração

A população feminina desempregada, estimada em 340,1 mil mulheres, representava 48,2% da população desempregada total, em 2011.

Mais de metade das mulheres desempregadas encontrava-se em situação de desemprego de longa duração: 181,7 mil mulheres procuravam emprego há 12 e mais meses. Ou seja, a sua taxa de desemprego de longa duração era de 7,0% (6,8% para a população total).

Maioria das mulheres inativas é doméstica

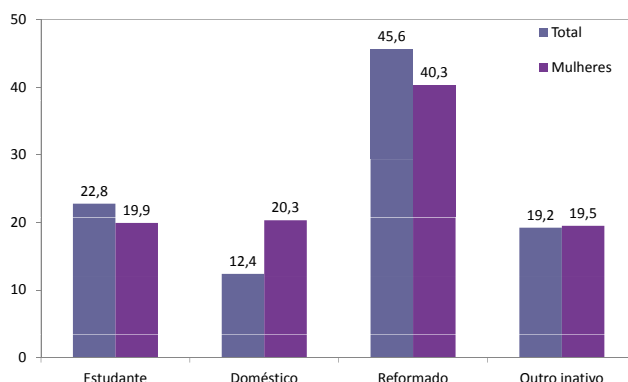
O número de mulheres inativas, com 15 e mais anos, totalizou 2 108,2 mil, representando 60,3% da população inativa total e uma taxa de inatividade de 44,8%, acima da observada para a população total (38,7%).

As mulheres na situação de “doméstica” eram 20,3% das mulheres inativas (com 15 ou mais anos), em 2011.

Este valor é superior em cerca de 8 p.p. ao total da população inativa classificada como doméstica (12,4%).

Pelo contrário, a proporção de mulheres inativas reformadas (40,3%) e a de estudantes (19,9%) é menor, por comparação com a população inativa total, respetivamente 45,6% e 22,8%.

População inativa (%) por sexo, 2011



Fonte: INE, Estatísticas do Emprego

As mulheres e a conciliação profissional e familiar

O esforço de conciliação entre a vida familiar e a participação no mercado de trabalho é, ainda, uma prática prosseguida sobretudo pela população feminina. São as mulheres quem mais utiliza instrumentos de conciliação entre o trabalho e a família, como a redução do horário de trabalho, a interrupção de carreira e a licença parental. Os cuidados a menores e a pessoas dependentes são, também, assegurados essencialmente pelas mulheres. A existência de filhos, sobretudo em idades mais baixas, e o nível de escolaridade condicionam a participação feminina no mercado de trabalho.

Conciliação da vida profissional com a vida familiar

A adoção de práticas que promovam um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar, para ambos os sexos, não está ainda generalizada entre a população portuguesa. Medidas como a flexibilização do horário de trabalho ou a interrupção de carreira, ainda que pouco expressivas, são utilizadas sobretudo pelas mulheres (de acordo com os dados do módulo do Inquérito ao Emprego, 2010, relativo à conciliação da vida profissional com a vida familiar).

As mulheres são os principais agentes na prestação de cuidados a menores e a pessoas dependentes

Um total de 648,4 mil mulheres, com idades entre 15 e 64 anos (18,1% do total de mulheres deste âmbito etário), prestava regularmente cuidados a crianças com menos de 15 anos (para além dos seus próprios filhos ou dos filhos do cônjuge) e a pessoas doentes, incapacitadas ou idosas. Isto significa que 64,4% dos prestadores de cuidados eram mulheres.

Indivíduos dos 15 aos 64 anos, segundo o sexo, por prestação de cuidados a crianças com menos de 15 anos ou a pessoas dependentes com 15 e mais anos

	2º trimestre de 2010					
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Milhares de indivíduos			%		
Total	7 113,6	3 521,8	3 591,7	100,0	100,0	100,0
A outras crianças com menos de 15 anos (para além dos filhos ou dos filhos do cônjuge)	552,1	210,4	341,7	7,8	6,0	9,5
A outras pessoas dependentes com 15 ou mais anos (doentes, incapacitados, idosos) quer pertençam ou não ao agregado	366,1	123,9	242,1	5,1	3,5	6,7
Ambas as situações	88,9	24,3	64,6	1,2	0,7	1,8
Nenhuma das situações	6 100,9	3 161,8	2 939,1	85,8	89,8	81,8
NS/NR	§	§	§			

Fonte: INE, Módulo do 2º trimestre do 2010 do Inquérito ao Emprego – Conciliação da vida profissional com a vida familiar.

Siglas e sinais convencionais:

NS/NR: Não sabe/Não responde. §: Valor com erro de amostragem associado superior a 20%, pelo que não pode ser divulgado.

Redução do horário de trabalho, interrupção de carreira e licença parental mais utilizados pelas mulheres, mas ainda longe de constituírem prática generalizada

Mais de metade das mulheres (56,2%), dos 15 aos 64 anos, que trabalhava por conta de outrem, com um horário de trabalho diário fixo⁹, afirmou ser possível reduzir o seu horário de trabalho diário, em pelo menos uma hora, por razões familiares, sem ter de recorrer a direitos concedidos por lei; 32,4% afirmou ter geralmente essa possibilidade e 23,8% afirmou que raramente a tem.

No entanto, 43,2% das mulheres declarou a impossibilidade de reduzir o horário de trabalho nas circunstâncias referidas, proporção semelhante à observada para a população total (45,7%).

9 Ou determinado pela entidade patronal em função das necessidades laborais. Com horário de trabalho igual a “Horário de entrada e saída fixo”, “Horário diário variável, mas determinado pelo empregador”, “Número de horas diárias fixo, mas com alguma flexibilidade no horário de entrada e saída”, “Outro tipo de horário”, “NS/NR”. Uma resposta positiva pressupõe a possibilidade de redução do horário de trabalho diário em pelo menos uma hora, sem recurso a licenças previstas por lei.

Trabalhadores por conta de outrem dos 15 aos 64 anos segundo o sexo, por possibilidade de alterarem o horário de trabalho diário devido a razões familiares

	2º trimestre de 2010					
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Milhares de indivíduos			%		
Total	3 545,5	1 798,8	1 746,7	100,0	100,0	100,0
Geralmente têm essa possibilidade	1 124,3	558,1	566,2	31,7	31,0	32,4
Raramente têm essa possibilidade	826,2	410,9	415,3	23,3	22,8	23,8
Não têm essa possibilidade	1 577,7	822,4	755,3	44,5	45,7	43,2
NS/NR	17,3	§	9,9	0,5		0,6

Fonte: INE, Módulo do 2º trimestre de 2010 do Inquérito ao Emprego – Conciliação da vida profissional com a vida familiar.

Siglas e sinais convencionais:

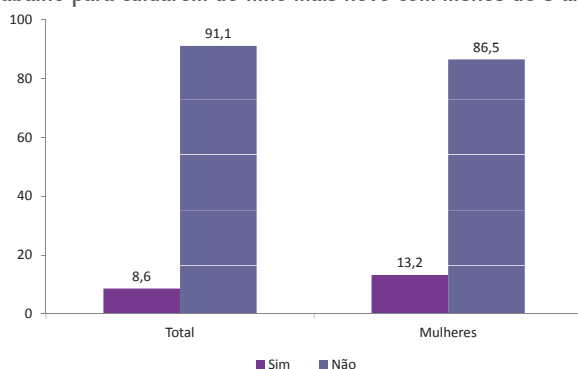
NS/NR: Não sabe/Não responde. §: Valor com erro de amostragem associado superior a 20%, pelo que não pode ser divulgado.

Porém, a maioria das mulheres (62,7%) afirmou não ter a possibilidade de se ausentar do trabalho por dias completos, por razões familiares.

A redução efetiva do horário de trabalho e a interrupção de carreira¹⁰ não é prática comum entre a população portuguesa, ainda que tenha maior expressão no caso das mulheres.

Somente 8,6% das pessoas reduziram o horário de trabalho para dar assistência aos filhos; ou seja, 13,2% das mulheres e 3,8% dos homens em iguais circunstâncias (indivíduos com idades entre 15 e 64 anos, com pelo menos um filho, ou filho do cônjuge/companheiro(a), com menos de 8 anos, a residir no agregado familiar).

Indivíduos dos 15 aos 64 anos (%) segundo o sexo, por redução do horário de trabalho para cuidarem do filho mais novo com menos de 8 anos de idade



Fonte: INE, Módulo do 2º trimestre de 2010 do Inquérito ao Emprego – Conciliação da vida profissional com a vida familiar.

¹⁰ Está aqui em causa todo o tipo de arranjos ou combinações, quer resultem de acordos formais ou informais entre o trabalhador e o empregador, de direitos consagrados na lei, ou de decisão individual.

As mulheres representavam 78,6% das pessoas que, em 2010, optaram por diminuir o horário de trabalho, num dado momento e pelo menos durante um mês, em benefício dos filhos.

A interrupção da carreira (excluindo a licença de maternidade ou de paternidade) ou o término da atividade profissional para cuidar dos filhos, enquanto medidas de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, são pouco frequentes. Somente 10,1% das pessoas referiram ter interrompido ou parado de trabalhar, pelo menos durante um mês, por aquele motivo, proporção particularmente influenciada pelas mulheres (17,0%).

As mulheres são quem mais recorre à licença parental¹¹ (24,1%), numa proporção claramente superior à verificada para o total da população com 15 a 64 anos. Embora aquela licença, objeto de importantes avanços legislativos, constitua uma medida de apoio à articulação do trabalho com a família, o número de pessoas que reclamou esse direito revelou-se baixo (14,4%)¹².

Indivíduos dos 15 aos 64 anos de idade segundo o sexo, por recurso a licença parental a tempo completo para cuidarem do filho mais novo com menos de 8 anos de idade e duração da licença parental

	2º trimestre de 2010					
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Milhares de indivíduos			%		
Total	1 235,7	602,9	632,8	100,0	100,0	100,0
Sim	177,6	25,1	152,5	14,4	4,2	24,1
Nunca estive de licença parental ou a licença foi a tempo parcial ou de duração inferior a um mês	1 055,8	577,2	478,7	85,4	95,7	75,6
NS/NR	§	§	§			

Fonte: INE, Módulo do 2º trimestre de 2010 do Inquérito ao Emprego – Conciliação da vida profissional com a vida familiar.

Siglas e sinais convencionais:

NS/NR: Não sabe/Não responde.

§: Valor com erro de amostragem associado superior a 20%, pelo que não pode ser divulgado.

¹¹ A licença parental aqui observada abrange a “licença parental complementar” e a “licença para assistência a filho”.

Após o gozo da licença de maternidade/paternidade (atualmente designada por licença parental inicial) e da licença parental exclusiva do pai, os pais trabalhadores têm direito ao gozo de “licença parental complementar” para assistência a filho com menos de seis anos, biológico, adotado ou enteado, durante três meses (se a tempo completo) ou doze meses (se a tempo parcial), finda a qual podem beneficiar da “licença para assistência a filho”, de modo consecutivo ou interpolado, até ao limite de dois anos. Não têm caráter obrigatório e não exigem o consentimento da entidade patronal. O seu gozo depende da vontade dos progenitores e de um aviso prévio de trinta dias por escrito à entidade patronal.

¹² Note-se que as licenças parentais exercidas a tempo parcial ou de duração inferior a um mês não qualificavam para uma resposta positiva. Apenas as licenças parentais a tempo completo e com uma duração mínima de um mês foram tidas em consideração.

Idade dos filhos e escolaridade condicionam a participação das mulheres na vida ativa

A composição familiar (medida pela existência ou não de filhos) e a escolaridade são variáveis que se revelam particularmente importantes na avaliação da probabilidade de participação das mulheres na vida ativa¹³.

A variação na probabilidade de as mulheres ativas, com filhos, participarem no mercado de trabalho¹⁴, face às que não têm filhos, é negativa e maior na presença de filhos mais novos: 8,0 p.p. para filhos com menos de 3 anos; 4,5 p.p. para filhos com idade entre 3 e 5 anos; e 3,3 p.p. para filhos com idade entre 6 e 9 anos.

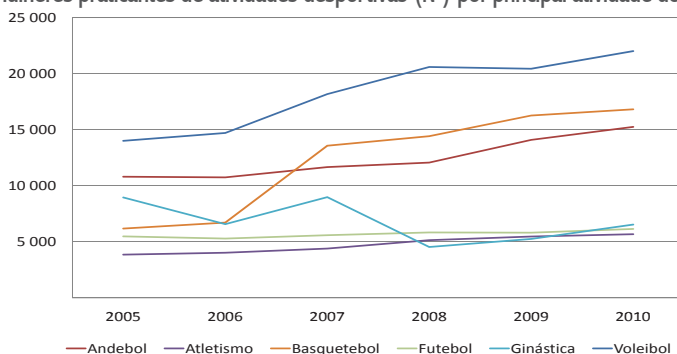
O efeito da escolaridade na probabilidade de participar no mercado de trabalho é, também, particularmente notório nas mulheres. A probabilidade de participar na vida ativa, por parte das mulheres com o ensino secundário, aumenta em 8,0 p.p., e em 14,5 p.p. para as que têm o ensino superior, quando comparado com as que têm um nível de escolaridade até ao 3º ciclo.

Desporto

Mulheres praticam cada vez mais desporto

O número de mulheres praticantes de atividades desportivas era de 127 948, em 2010, representando um crescimento de 37,7% face a 2005. Apesar deste crescimento, as mulheres representam pouco mais de um quinto (24,6%) do total de praticantes deste tipo de atividades. As atividades desportivas mais praticadas no feminino foram, em 2010, e por ordem decrescente: voleibol, basquetebol, andebol, ginástica, futebol e atletismo.

Mulheres praticantes de atividades desportivas (Nº) por principal atividade desportiva



Fonte: Instituto do Desporto de Portugal, I. P.

13 Esta análise tem por base o artigo da autoria de Lima, Francisco & Neves, Ana (2011). Conciliação da vida profissional com a vida familiar – módulo ad hoc do Inquérito ao Emprego de 2010. Estatísticas do emprego, INE, 3º trim. de 2011, 34-50.

14 As variações na probabilidade, em modelos definidos separadamente para homens e mulheres, devem ser lidas como efeitos parciais de cada uma das variáveis, neste caso, presença de filhos e escolaridade, mantendo todas as outras constantes (taxa de atividade, escolaridade, filhos e idade dos filhos, estado civil e região de residência).

